

11. A SITUAÇÃO SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E A GRAVIDEZ PRECOCE: A AFRONTA À DIGNIDADE HUMANA

Maria Eduarda Bento Rocha

Graduanda, Unicesumar.

Maringá – Paraná - Brasil

ra-25169675-2@alunos.unicesumar.edu.br

Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

Pós doutora pela Universidade de COIMBRA-PORTUGAL, e pela UNISINOS-RS

Maringá – Paraná – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7121-5565>

<http://lattes.cnpq.br/4532145888110686>

Cleide.fermentao@unicesumar.edu.br

RESUMO

A gravidez precoce no Brasil é uma realidade preocupante, impactando negativamente a saúde física e mental das jovens, além de comprometer seus direitos fundamentais e a dignidade humana. E isto vai muito além das consequências individuais, refletindo também em questões sociais, educacionais e jurídicas. A pesquisa visa analisar como a gestação precoce pode afetar a vida na infância e adolescência, com base no Direito, destacando suas implicações sociais e jurídicas. A escolha do tema se justifica pela relevância jurídica e social do problema, que compromete o desenvolvimento das adolescentes e os direitos assegurados pela Constituição Federal, especialmente à proteção integral à criança e ao adolescente. A pesquisa busca identificar as causas e consequências da gravidez precoce, dando atenção principalmente aos aspectos históricos, sociais e culturais. A metodologia adotada inclui uma análise bibliográfica e documental, utilizando artigos científicos e documentos legais como o ECA e a Constituição. O estudo pretende mostrar que a gravidez precoce é fruto de diversos fatores, como desigualdade social, violência e falta de informação, e demonstrar a afronta à dignidade humana. Espera-se que a pesquisa contribua para a conscientização da sociedade sobre a importância de acolher essas gestantes e mães, sempre respeitando seus direitos e garantindo seu desenvolvimento digno. Além disso, busca-se ressaltar a necessidade e a extrema importância de políticas públicas que abordem as causas estruturais desse tipo de gestação, que ocorre de maneira precoce.

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade humana; Gravidez na adolescência; Gravidez precoce.

ABSTRACT

Early pregnancy in Brazil is a concerning reality that negatively affects the physical and mental health of young girls, while also compromising their fundamental rights and human dignity. Its effects go far beyond individual consequences, extending to social, educational, and legal dimensions. This research aims to analyze how early pregnancy can impact the lives of children and adolescents from a legal perspective, highlighting its social and juridical implications. The choice of topic is justified by its legal and social relevance, given that it undermines the development of adolescents and the rights guaranteed by the Federal Constitution, especially the principle of full protection for children and adolescents. The study seeks to identify the causes and consequences of early pregnancy, with particular attention to historical, social, and cultural factors. The methodology adopted includes bibliographical and documentary analysis, drawing on scientific articles and legal documents such as the Statute of the Child and Adolescent (ECA) and the Constitution. The study intends to demonstrate that early pregnancy results from various factors—including social inequality, violence, and lack of information—and represents an affront to human dignity. It is expected that the research will contribute to raising societal awareness about the importance of supporting pregnant adolescents and young mothers, always respecting their rights and ensuring their dignified development. Furthermore, it seeks to emphasize the need for—and the critical importance of—public policies that address the structural causes of early pregnancy.

KEYWORDS: Human dignity; Teenage pregnancy; Early pregnancy.

1 INTRODUÇÃO

A situação social da criança e do adolescente no contexto da gravidez precoce é uma realidade hoje no Brasil extremamente preocupante, visando o cenário social no qual estamos inseridos. E isso não se dá apenas pelos prejuízos à saúde mental e física desses indivíduos, mas também pelas consequências sociais e jurídicas que envolvem essa problemática. Acredita-se que, a sociedade de forma geral prefere criticar essas jovens ao invés de promover ações voltadas à prevenção e proteção de seus direitos. Dessa forma, esta pesquisa busca analisar, sob a perspectiva do Direito, como essa gestação precoce afeta a dignidade humana e compromete os direitos fundamentais garantidos pela Constituição, visando também entender os impactos causados na vida dessas meninas. Sendo assim, serão utilizados artigos científicos para base de estudos, além de embasamento jurídico.

A escolha do tema da situação social sobre a criança e o adolescente e a gravidez precoce, e sua afronta à dignidade humana justifica-se pela sua relevância jurídica e social, visto que se trata de uma realidade ainda muito presente no Brasil e também alarmante, que compromete diretamente a dignidade da pessoa humana, o desenvolvimento das jovens e os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal, especialmente no artigo 227, que prevê a proteção integral à criança e ao adolescente.

Esse problema vai além da saúde física e mental, envolvendo também aspectos culturais, sociais, educacionais e jurídicos, principalmente em contextos de vulnerabilidade social. Muitas dessas meninas, ainda em fase de formação pessoal, se encontram extremamente expostas a riscos como a evasão escolar, exclusão social, pobreza, abandono familiar e, muitas vezes, situações de violência sexual. Diante desse cenário, faz-se necessário refletir, sob a perspectiva do Direito, sobre como a sociedade tem lidado com esse cenário, que diversas vezes recai sobre as vítimas a total responsabilidade. Portanto, pesquisa não se justifica apenas por demonstrar suas violências jurídicas e humanas estimular, mas além disso estimular o debate acadêmico sobre a necessidade de medidas protetivas mais eficazes, e despertar a conscientização da população, promovendo a construção de um olhar mais humano e constitucionalmente orientado sobre a gravidez precoce e seus direitos.

O presente trabalho se propõe a investigar as repercussões geradas advindas de casos de gravidez na infância e na adolescência, considerando que uma significativa parcela desses casos ocorrem de maneira inesperada, ou seja, sem qualquer tipo de

planejamento prévio, ou até mesmo, sem que as vítimas tenham plena consciência do peso da situação. O objetivo geral é analisar como esse cenário afeta a sociedade e os possíveis prejuízos causados a essas jovens, que vão além da saúde física e mental. Além disso, a gravidez precoce carrega implicações sociais, psicológicas e jurídicas. É proposto entender as consequências geradas a dignidade humana, tanto de forma individual quanto de forma geral, afetando a sociedade como um todo. Já nos objetivos específicos, busca-se identificar a proveniência do problema, e entender suas raízes, deste modo, suas origens históricas e culturais; procura-se compreender, de fato, o motivo pelo qual o mesmo ocorre e os fatores que o fazem permanecer até os dias atuais; por fim, visa-se demonstrar, com embasamentos históricos, científicos e sociais, a gravidade e os impactos causados na dignidade humana dos indivíduos e em seu contexto social, assim como no desenvolvimento pleno dessas jovens.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A gravidez precoce na infância e adolescência e sua situação social é uma condição que compromete o desenvolvimento integral das meninas, afetando sua saúde, educação e inserção social. Diversos estudos indicam que a gravidez na adolescência está associada à evasão escolar, e que esse fator limita as oportunidades educacionais e profissionais das jovens. A falta de políticas públicas eficazes até mesmo de educação sexual contribui para que esse ciclo continue, evidenciando a necessidade de intervenções que promovam o acesso à informação e ao planejamento familiar. De acordo com Souza et al. (2021), a gestação em idade precoce compromete diretamente a formação educacional e emocional da jovem, ampliando o risco de exclusão social e perpetuação de ciclos de pobreza. Muitas dessas gestações ocorrem em contextos marcados por negligência e desinformação.

Essa gestação precoce ocorre frequentemente em contextos de vulnerabilidade social, onde é perceptível fatores como violência doméstica, agravando a situação das adolescentes. Segundo Silva et al. (2022), é preciso reconhecer que esse tipo de gravidez raramente é consciente e informada. Na maioria das vezes, se trata de um acontecimento imposto por fatores sociais, familiares ou mesmo criminais, o que coloca as coloca em uma condição de extrema vulnerabilidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), reconhece o dever de garantir proteção integral a esse grupo, incluindo a responsabilidade de evitar que situações como essas avancem sem a devida atenção merecida. Pereira e Gomes (2023) também destacam os impactos psicológicos, que ocorrem devido a

maternidade precoce, incluindo relatos de depressão, ansiedade e sensação de abandono. Isso se agrava pela ausência de uma rede de apoio, o que evidencia que a violação da dignidade dessas jovens não se encerra no momento da gravidez, e se prolonga por toda a sua vida, em todas as suas dimensões.

Dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) revelam que, em 2020, o Brasil apresentava uma taxa de 53 nascimentos para cada mil adolescentes de 15 a 19 anos, superior à média mundial de 41 por mil. Reforçando a urgente necessidade de abordagens mais eficazes para promover o bem-estar das adolescentes.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada refere-se a uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando o método dedutivo, sendo realizada uma análise crítica de doutrinas jurídicas e artigos científicos, legislações e documentos oficiais emitidos por órgãos de proteção à infância e juventude, sem a realização de trabalho de campo. Essa pesquisa se caracteriza como uma investigação de natureza qualitativa, e parte de premissas gerais sobre os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana. A partir disso, busca-se compreender os impactos sociais e jurídicos da gestação precoce e a observação de sua extrema violação da dignidade humana e dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes envolvidos. Para Aguiar e Rocha (2023), é necessário um olhar jurídico que vá além da aplicação fria da norma: deve-se considerar os aspectos históricos, sociais e simbólicos que cercam o corpo da adolescente gestante. O método dedutivo orienta o estudo, partindo de princípios jurídicos para refletir sobre a realidade enfrentada por milhares de meninas brasileiras há tantos anos, especialmente em contextos de desigualdade social e educacional. Ademais, foi considerado que o problema das gestações prematuras são de abrangência nacional.

Como meio de investigação, utilizou-se como base principal o Google Acadêmico, que serviu para encontrar publicações recentes e de grande relevância sobre o tema. Neste cenário, foram selecionados cinco artigos científicos, além de que foram analisados documentos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Constituição Federal e o IBGE. O objetivo foi reunir o máximo de fundamentos jurídicos, históricos, sociais e estatísticos com o intuito de aprofundar a análise.

Neste contexto, espera-se que a metodologia adotada possa contribuir para a construção de um olhar crítico e sensível sobre a gravidez precoce, sempre reforçando a

suma importância da proteção integral à infância e adolescência e da promoção de políticas públicas eficazes visando sua melhoria e sua prevenção, ressaltando a importância de gerar acolhimento a essas jovens, além de incentivar a população a buscar informações e a se preocuparem mais com o tema.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS

Espera-se que esta pesquisa ajude a criar um olhar mais sensível e estar continuamente atento a realidade da gravidez precoce na infância e na adolescência, sempre se preocupando em evidenciar o quanto essa experiência pode ser traumática e limitadora para essas jovens, visto que ainda estão em processo de formação emocional e social. O objetivo é que o estudo contribua também para despertar na sociedade a consciência de que essas jovens não devem ser julgadas, dado que são constantemente, todos os dias e em todos os lugares. Mas sim que devem ser acolhidas e protegidas, conforme determina a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir da análise dos dados e fundamentos jurídicos, a expectativa é de mostrar que a gravidez precoce é consequência de diversos fatores, como a falta de informação, a desigualdade social, a violência, entre diversos outros fatores. Assim, a pesquisa pretende reforçar a necessidade urgente de políticas públicas mais humanas, que priorizem o diálogo, a educação e o cuidado com essas meninas, que precisaram amadurecer e evoluir de forma tão repentina e inesperada. Por fim, conta-se que o trabalho inspire outras pesquisas e contribua para que sejam feitas ações com o intuito de construir uma sociedade mais justa e preocupada com o desenvolvimento digno de cada criança e adolescente, além de compreender sua importância e se comprometer para que este cenário mude e evolua.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

SOUZA, M. C. et al. Impactos da gravidez na adolescência no Brasil. Research, Society and Development, v. 10, n. 3, p. e28381, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/28381/24678/327935>. Acesso em: 5 maio 2025.

AGUIAR, M. C. F.; ROCHA, M. L. Pesquisando gravidez na adolescência no cotidiano escolar: o hoje e o amanhã. *Psicologia USP*, v. 34, n. 2, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psp/a/pqTBDzv8jxmLvCMKNTwQZtR/?lang=pt>. Acesso em: 5 de maio 2025.

SILVA, W. K. O. et al. Violência doméstica e gestação: estudo descritivo em unidade pré-natal. In: *As Várias Faces de Eva: o feminino na contemporaneidade*. 2022. p. 195-209. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361630812_VIOLENCIA_DOMESTICA_E_GESTACAO_ESTUDO_DESCRITIVO_EM_UNIDADE_PRE-NATAL. Acesso em: 8 maio 2025.

PEREIRA, A. C.; GOMES, L. M. Gravidez na adolescência: impactos na vida da adolescente e família. *Revista Difatto*, 2025. Disponível em: <https://revistadifatto.com.br/artigos/gravidez-na-adolescencia-impactos-na-vida-da-adolescente-e-familia/>. Acesso em: 8 maio 2025.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). Fala, adolescente! Brasília: UNFPA Brasil, 2020. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/fala-adolescente>. Acesso em: 9 maio 2025.